



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 407ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 26 de janeiro de 2022.

Realizou-se no dia 26 de janeiro de 2022, às 09h00, por meio virtual, através de videoconferência, a 406ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente transmitida do Plenário Prof. Paulo Nogueira-Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio Ambiente e suplente do Presidente do CONSEMA, **Cassiano Quevedo Rosas de Ávila**, Subsecretário de Infraestrutura, **Adriana Tedesco Telerman (SDE)**, **Ana Lucia Santana Seabra (SIMA/PP)**, **Andrea Cristina de Oliveira Struchel (Anamma/SP)**, **Anícia Aparecida Baptistello Pio (Fiesp)**, **Antonio Fernando Gimenez (SLT)**, **Celso Yassumi Nomoto (SCEC)**, **Cláudio Bedran (Planeta Verde)**, **Cláudio Scalli (Anamma/SP)**, **Cristina Maria do Amaral Azevedo (SIMA/CPLA)**, **Daniel Smolentzov (PGE)**, **Djalma Domingos Weffort de Oliveira (Apoena)**, **Domenico Tremaroli (SIMA/Cetesb)**, **Fernando Gallardo Vieira Prioste (ISA)**, **Gilda Helena Leonio Nunes (IIS)**, **Maj PM Guilherme D'Artagnan Boppré (SSP/CPAmb)**, **Gustavo de Castro Oliveira (Faesp)**, **Ibrahim Taulil (Concidadania)**, **Jeferson da Rocha Oliveira (IEPA)**, **João Thiago Wohnrath Mele (SIMA/CFB)**, **José Alexandre de Jesus Perinotto (Unesp)**, **José Carlos Mierzwa (USP)**, **José Fernando Bruno (APM)**, **Juan Tarsis Gimenes de Almeida (SLT)**, **Lucila Manzatti (SIMA/FF)**, **Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (SH)**, **Luiz Sergio Ozório Valentim (SES)**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel (SAA/SP)**, **Martha Martins de Moraes (AAVA)**, **Maurício da Cruz Forlani (Ampara Animal)**, **Cel. PM Paulo Augusto Leite Motooka (SSP/CPAmb)**, **Raquel Marmo Azzari Domenicheli (CIMA/CEA)**, **Roberto Ulysses Resende (Iniciativa Verde)**, **Sandra Mara Pretini Medaglia (OAB/SP)**, **Sandra Maria Carmelo Guerreiro (Unicamp)**, **Sérgio Luis Marçon (SIMA/CFB)**, **Tatiana Barreto Serra (MP/SP)**, **Valéria Quaglio (341 Sustentabilidade)**, **Valéria Rossi Domingos (SCEC)**, **Violeta Saldanha Kubrusly (CAU/SP)**, **Waleska Del Pietro Storani (CREA/SP)**, **Wanderley da Silva Paganini (ABES/SP)**. **Constavam do Expediente Preliminar:** 1) Aprovação da ata da 406ª Reunião Plenária Ordinária; 2) Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. **Constava da Ordem do Dia:** 1) Apresentação do **Plano de Redução de Emissões de Fontes Estacionárias – PREFE 2021**, e planos setoriais; 2) Apreciação da proposta de **ampliação do limite do Parque Estadual Carlos Botelho**, no Município de Sete Barras/SP; 3) Apreciação do Relatório Final da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre o **recurso especial interposto contra o Auto de Infração Ambiental – AIA nº 298.931/2013**, em nome de Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S.A.; 4) Apresentação do **Consórcio Intermunicipal “Agência Ambiental do Vale do Paraíba” para licenciamento ambiental municipal** de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local. O Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães** declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião ocorria por meio virtual, através de videoconferência, em virtude das recomendações e cuidados frente ao controle e combate à pandemia do Covid-19, consonante às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo e as orientações descritas no Ofício CONSEMA 002/2021, de 18 de janeiro de 2022. Esclareceu que a transmissão ao vivo da reunião pode ser acessada nas páginas “*ambientesp*”, no Youtube, e “*infraambiente*”, no Facebook. Solicitou aos conselheiros que utilizem o *chat* da reunião apenas para registrar questões de ordem operacional ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

44 para solicitar o uso da palavra. Passando-se ao Expediente Preliminar, foi submetida a aprovação a
45 ata da 406ª Reunião Ordinária, que dispensada da leitura, foi declarada aprovada pela Presidência.
46 Não havendo informes pela Secretaria-Executiva, passou-se às **Comunicações da Presidência**. O
47 Subsecretário de Meio Ambiente **Eduardo Trani** saudou a todos e informou que, por motivo de
48 agenda, o Secretário da SIMA Marcos Penido passou-lhe a honrosa missão de presidir a primeira
49 reunião Plenária de 2022, mantendo a firme atuação desse espaço de debate democrático, importante
50 e emblemático, dedicado as questões ambientais do Estado de São Paulo, brasileiras e mundiais.
51 Agradeceu a presença dos conselheiros, e, passando brevemente aos informes, destacou a
52 importância da assinatura, na semana anterior, do contrato de concessão das áreas de uso público do
53 Parque da Cantareira e do Horto Florestal. Noticiou a reinauguração do Museu Botânico, em 22 de
54 janeiro, e estimulou o público a visitá-lo, após a ampla reforma e a modernização de suas atrações,
55 agora interativas, com subsídios financeiros da Câmara de Compensação Ambiental, espaço este que
56 contará com nova gestão, da mesma concessionária responsável pelos Parques Zoológico e Jardim
57 Botânico do Estado de São Paulo. Destacou por fim a relevância das discussões que teriam lugar na
58 Ordem do Dia. Passou-se aos **Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia**. A palavra
59 foi cedida ao assessor **Andrés Vernet**, pelo conselheiro **Ibrahim Tauil**. O assessor arguiu sobre o
60 andamento, na CT de Políticas Públicas, da discussão sobre o tema logística reversa, tarefa atribuída
61 na Plenária de junho, p.p.. Solicitou providências à Cetesb em razão das empresas Tchetto Produtos
62 Alimentícios Ltda e Brabeb Brasil e Bebidas Ltda (Dolly), segundo ele, estarem operando sem as
63 devidas licenças. A conselheira **Violeta Kubrusly**, falando também em nome da conselheira **Mirtes**
64 **Luciani**, disse que ambas, *“representantes do CAU junto ao egrégio CONSEMA, desejavam a todos*
65 *e todas um feliz, saudável e ético 2022, com muitas mais ações bem-sucedidas de preservação e*
66 *recuperação socioambiental em nosso Estado e no país. Neste caminho, parabenizamos,*
67 *exclusivamente, os caríssimos secretários Marcos Penido, o subsecretário Eduardo Trani e*
68 *Cassiano de Ávila e colegas da SIMA (Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade) pelo bom*
69 *andamento da recuperação do rio Pinheiros em toda a complexidade que envolve este importante*
70 *projeto e pela recente retomada da necessária parceria institucional entre Sabesp (Companhia de*
71 *Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e Prefeitura de São Paulo por meio da Secretaria da*
72 *Habitação para investimentos na recuperação do Manancial do Guarapiranga, que se estenda*
73 *igualmente para a Billings e seu entorno. Aproveitamos esta oportunidade também para informar*
74 *que estão a avançadas as tratativas entre nosso Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o CAU São*
75 *Paulo e a SIMA, Secretaria de Meio Ambiente para renovar o convênio institucional entre as partes*
76 *e seguir editando, atualizando e aprimorando a importante publicação, instrumentos de*
77 *planejamento licenciamento e gestão ambiental no Estado de São Paulo, caderno de apoio para*
78 *profissionais e existe intenção de que esta colaboração institucional entre o CAU São Paulo e a*
79 *SIMA, amplie seu escopo para se traduzir em efetiva contribuição à massiva divulgação e*
80 *acolhimento de sugestões dos Arquitetos e Urbanistas Paulistas na consulta pública em curso sobre*
81 *o Zoneamento Ecológico Econômico de São Paulo, ZEE, e a edição da nova resolução sobre*
82 *licenciamento ambiental municipalizado.”* O conselheiro **Cláudio Scalli** comunicou que no dia 13
83 daquele mês, por decisão unânime dos membros da CT de Normatização e Políticas Públicas,
84 assumira a relatoria dos trabalhos de revisão da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2018,
85 tarefa atribuída à CT na Plenária de dezembro. Relacionada a essa tarefa, informou acerca de uma
86 ampla reunião promovida recentemente pela Anamma/SP, da qual participaram não somente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

87 representantes de mais de 250 municípios, como também membros do Ministério Público, agentes
88 ambientais, consultores e advogados. Além disso, relatou que fora encaminhada uma planilha, com
89 várias sugestões elencadas, para que os conselheiros e membros das prefeituras sinalizem até 14 de
90 fevereiro, sobre a concordância ou não para cada proposta, como inclusão de CNAE (Classificação
91 Nacional de Atividades Econômicas), e outras questões. Acentuou a importância do envio desses
92 apontamentos, que serão sistematizados, e serão muito importantes para o desenvolvimento deste
93 processo de revisão. O conselheiro **Roberto Resende** informou que tomara conhecimento, em
94 dezembro, que o processo de migração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para a Secretaria da
95 Agricultura e Abastecimento estava praticamente concluído. Acrescentou, por sua vez, que o novo
96 sistema, vinculado ao sistema federal, é gerido por uma instituição de Lavras, ligada ao Estado de
97 Minas Gerais. Esclareceu que a migração propriamente dita não seria um problema, se o
98 desligamento do SIGAM, o Sistema Integrado de Gestão Ambiental da SIMA, não tivesse sido feita
99 de forma repentina, trazendo dificuldades aos usuários, não somente pelas instabilidades enfrentadas
100 na condução das mais simples operações (ligadas aos projetos de restauração e de adequação
101 ambiental), como também a conexão mantida com diversos outros sistemas associados ao SIGAM.
102 Lembrou que a funcionalidade do sistema foi obtida graças aos sucessivos investimentos obtidos
103 diretamente do governo e dos esforços empreendidos pelos especialistas da SIMA, consultores,
104 enfim, todos que trabalham e participam da gestão de informações ambientais, cada vez mais
105 desenvolvida, muito devido ao próprio CAR, que é um instrumento de gestão territorial e não apenas
106 burocrático/cartorial. Além dos impactos oriundos da passagem de atribuições para a Secretaria da
107 Agricultura, acrescentou os prejuízos afetos ao atendimento do cidadão, ao empenho dos
108 funcionários e pesquisadores, assim como o não aproveitamento dos recursos do próprio Programa
109 Biota-Fapesp, criado para apoiar as decisões ligadas a regulamentação do Código Florestal no
110 Estado. Acentuou que todas essas dificuldades vieram bem no momento que o governo havia se
111 comprometido a atingir metas climáticas por meio da restauração de 1,5 milhão de hectares. Ao
112 mencionar a imprescindibilidade de manter o bom uso dos recursos públicos, expôs a urgência de
113 rever vários regulamentos, a exemplo da Resolução SMA nº 55. Mencionou que a necessidade de
114 rever o fluxo de adequação de reserva legal da citada Resolução, somada ao não funcionamento do
115 “botão” da transparência do site da SAA, impossibilitariam conhecer as decisões que estão sendo
116 tomadas para mais de 200 mil imóveis, o que leva a crer que o sistema ainda se encontra em
117 desenvolvimento, em um estágio muito aquém do sistema da Secretaria de Meio Ambiente, mantido
118 pelo Estado. Solicitou que seja incluída na pauta de discussão a questão sobre o acesso dos Povos
119 e Comunidades Tradicionais ao CAR gerido pela Secretaria do Meio Ambiente. O conselheiro
120 **Jeferson Rocha** relatou a excelente experiência que teve ao passar três dias visitando o Núcleo
121 Picinguaba e solicitou ao Diretor-Executivo da Fundação Florestal Rodrigo Levkovicz a viabilização
122 do mesmo acesso aos demais conselheiros e seus familiares, aproveitando para cumprimentar às
123 equipes da FF, e sugerindo uma ação voluntária conjunta para manutenção dos equipamentos do
124 alojamento da unidade. Por fim, parabenizou e agradeceu a instituição do importante Consórcio do
125 Vale do Paraíba, que conta, dentre suas lideranças, com a do ex-conselheiro Marcelo Manara, atual
126 secretário de Sustentabilidade e Meio Ambiente de São José dos Campos. A conselheira **Martha**
127 **Morais** passou o tempo que lhe cabia ao conselheiro **Roberto Resende**, que complementou a sua
128 fala, ressaltando a preocupação de muitas entidades de garantir um maior protagonismo do Sistema
129 Estadual do Meio Ambiente e do próprio CONSEMA na discussão do CAR e do PRA no Estado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

130 Reforçou o pedido de trazer ao Plenário a discussão da implementação do PRA, vinculado à questão
131 do Refloresta SP, e da utilização do Projeto Biota-Fapesp na implementação da Política Florestal do
132 Estado. O conselheiro **Cláudio Bedran** questionou a retirada da Unidade da Polícia Ambiental de
133 Jaboticabal. Pontuou a preocupação da ocorrência de disposição inadequada, a céu aberto, de
134 resíduos da construção civil por todas as partes da cidade e solicitou o reforço da fiscalização e nos
135 trabalhos de conscientização da população da proibição do lançamento de lixo nas caçambas
136 exclusivas para disposição dos resíduos da construção civil. Por último, externou concordância
137 quanto ao encaminhamento da matéria para discussão no CONSEMA, conforme solicitou o
138 conselheiro Roberto Resende. A conselheira **Cristina Azevedo (Kitty)** reiterou, assim como já
139 fizera o conselheiro Gil Scatena na reunião anterior, que a consulta pública sobre o Zoneamento
140 Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo se encontrava disponível no *site* da SIMA. A
141 conselheira **Rachel Marmo Azzari Domenichelli** informou que naquela data se comemorava o dia
142 Mundial de Educação Ambiental, razão pela qual registrou seus cumprimentos a todos os educadores
143 ambientais, ressaltando o grandioso papel dos mesmos na formação do cidadão. O Presidente em
144 exercício **Eduardo Trani** ofertou os seguintes esclarecimentos: (i) Quanto à discussão do tema de
145 logística reversa na CT de Políticas Públicas, afirmou que essa demanda continua em pauta, mas
146 recordou que, no ano passado, o Conselho precisou priorizar outras discussões, como o Plano de
147 Ação Climática e o ZEE. Relembrou que o assunto foi discutido recentemente no Plenário do
148 CONSEMA, tendo sido demonstrado o que o Estado tem feito nesta agenda, mas informando que o
149 assunto será discutido com mais detalhes no âmbito da CT, dentro do cronograma estabelecido entre
150 seus integrantes. (ii) Solicitou que as denúncias apresentadas sejam encaminhadas oficialmente à
151 Cetesb, seja pela Ouvidoria, ou por meio do conselheiro que assessora, para posterior devolutiva.
152 (iii) Agradeceu à conselheira Violeta Kubrusly e externou felicidade pelo firme engajamento do
153 CAU/SP nas pautas ambientais de políticas públicas, e informou que, tanto o Secretário Marcos
154 Penido, quanto a Presidente Patrícia Iglecias da Cetesb, estão absolutamente abertos para renovar
155 aquele convênio, em breve. (iv) Parabenizou o conselheiro Cláudio Scalli pela condução e relatoria
156 dos trabalhos de revisão da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2018. (vi) Informou ao
157 conselheiro Jefferson que as portas estão totalmente abertas, não somente para as visitas técnicas,
158 como também ao acesso a todas as Unidades de Conservação, de forma organizada e planejadas
159 junto à FF. Afirmou que a gestão das UCs pela FF, tem trazido muito orgulho, quanto à oferta de
160 equipamentos e serviços à comunidade e prefeituras, possibilitando que a população desfrute desses
161 espaços, para os quais são destinados recursos financeiros da Câmara de Compensação Ambiental,
162 além dos excelentes serviços prestados pelos recursos humanos da FF. (vii) Em resposta ao
163 conselheiro Roberto Resende, consignou que a atual política de implantação do Código Florestal no
164 Estado de São Paulo, do PRA e do CAR, bem como seus instrumentos e normativas, fazem parte de
165 um Política Pública que vem sendo implantada, desde 2019, por orientação do Governador João
166 Doria, pelos Secretários da SIMA e da da Agricultura, de forma absolutamente integrada. Relatou
167 que foram estabelecidas reuniões conjuntas e parcerias para implementar aquilo que tem sido
168 entendido como a melhor solução, sem prejuízo da qualidade e dos resultados desse processo.
169 Reiterou que, no âmbito do Governo do Estado, em nenhum momento, a questão da implantação do
170 CAR e do PRA foi tratada como uma política não prioritária, sem atendimento a todos os aspectos
171 técnicos, legais e, obviamente, de interesse ambiental. As mudanças implementadas, além de contar
172 com a participação dos conselheiros visam o atingimento dos objetivos, agora reafirmados por meio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

173 do Projeto Refloresta SP, lançado no ano pelo Governador e levado à COP 26 como meta estratégica
174 frente às mudanças climáticas no Estado de São Paulo. Portanto, as grandes metas estão colocadas,
175 ou seja, 800 mil hectares até 2050, estimada ao longo dos anos anteriores, com base nos
176 levantamentos previamente conduzidos pelos agentes técnicos, e que serão agora detalhados no
177 processo de implementação, tal qual está sendo feito pelos demais estados em todo o Brasil, e com
178 base nas melhores técnicas disponíveis. Asseverou que a SIMA, ao optar por repassar a atribuição à
179 Secretaria da Agricultura, o fez de forma a não perder os seus controles. Explicou que diálogos
180 diários são promovidos com a SAA e as duas Secretarias continuarão a conduzir o trabalho em
181 conjunto. A conselheira **Cristina Murgel**, representante da SAA discordou quanto à afirmação de
182 que o processo de transição do sistema para a SAA teria sido feito de forma abrupta. Fazendo coro
183 ao Presidente Eduardo Trani, reiterou que o processo de transição vem sendo discutido e trabalhado
184 por meio de uma cooperação técnica com o Serviço Florestal Brasileiro, firmada em 2019, de forma
185 que a migração do sistema pudesse ocorrer com um único objetivo: o de atender a demanda de análise
186 dos pedidos de cadastramento da sociedade, pois, muito embora o sistema já contasse com quase
187 400 mil cadastros, um número muito pequeno fora analisado. Reiterou, portanto, tratar-se de uma
188 estratégia política firmada, desde 2019, e que continua em execução, sempre num processo de
189 diálogo com a pasta de Meio Ambiente. Entende-se, portanto, que o CAR integra as políticas de
190 meio ambiente e de desenvolvimento agropecuário do Estado. Esclareceu que o CAR está sujeito a
191 diferentes níveis de cobranças no atendimento, tanto dos usuários do sistema quanto dos produtores.
192 Lembrou que o lançamento do Sistema CAR ocorreu, recentemente, no dia 9 de dezembro, sendo
193 óbvio que se trata de um período muito trabalhoso, em função da migração dos dados, resolução de
194 problemas e ajustes do sistema. Com o objetivo de garantir a pronta solução dos problemas e
195 dificuldades, a SAA mantém constante interlocução com a SIMA, e o diálogo com os próprios
196 usuários internos e externos do Sistema CAR. Frisou que toda essa política é acompanhada de um
197 empenho de recursos muito grandetanto humanos, quanto materiais. Por fim, na qualidade de
198 representante da SAA, colocou-se à disposição para atender o pleito de trazer o assunto para ser
199 discutido no CONSEMA. O Presidente **Eduardo Trani** agradeceu os esclarecimentos e,
200 considerando que a demanda do conselheiro exigirá um tempo mais detalhado de análise
201 recomendou o encaminhamento da tarefa para a CT de Biodiversidade e Áreas Protegidas, com
202 propósito de discutir o tema com maior profundidade. O conselheiro **Cel. Motooka**, acerca das
203 questões sobre a Polícia Ambiental, esclareceu que de tempos em tempos há necessidade de uma
204 reestruturação operacional, que envolve a distribuição de efetivo e logística policial, visando o
205 atendimento às demandas ambientais que surgem, sempre de forma muito dinâmica, e de acordo
206 com a gravidade das mesmas e das próprias denúncias dos cidadãos. Dentro dessa complexidade,
207 unidades são desativadas, ao passo que outras são reforçadas de forma mais efetiva, tanto em pessoal
208 quanto em viaturas, embarcações, enfim, tudo que envolve os trabalhos de fiscalização. Explicou
209 que a base de Jaboticabal é uma unidade que contava com alguns policiais fixos para praticamente
210 apenas fazer o atendimento presencial e para a manutenção do prédio, e ressaltou que a sua
211 desativação não significará o não atendimento de algum serviço, mas haveria acréscimo, por
212 exemplo, no acionamento de patrulhas motorizadas. Afirmou entender os sentimentos advindos do
213 fechamento de uma unidade da Polícia Ambiental, mas deixou claro que tal decisão ocorre por
214 extrema necessidade, considerando que seu desejo seria abrir mais unidades, acrescentando, por fim,
215 que a Polícia Ambiental está atuando e se empenhando, cada vez mais, frente às questões das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

216 mudanças climáticas, do aquecimento global, a crise hídrica e implementando o suporte necessário
217 ao Programa Refloresta SP. O conselheiro **Rodrigo Levkovicz** convidou os conselheiros para
218 participarem da visita que o Governador João Dória e do Vice Governador Rodrigo Garcia para a
219 inauguração das obras de revitalização do Parque Estadual Morro do Diabo. Relatou esse trabalho
220 de revitalização tem por objetivo receber cada vez melhor, os pesquisadores que trabalham na
221 conexão que vai ser realizada no Noroeste Paulista por meio do Refloresta SP e ressaltou que os
222 parques são importantes pólos de desenvolvimento socioambiental. O conselheiro **Sérgio Marçon**
223 ofertou rápida devolutiva sobre a reunião ocorrida no dia 19 para apresentação de projeto com
224 recursos captados junto ao Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) para estruturação dos
225 Grupos de Fiscalização Integrada das Áreas de Proteção aos Mananciais. Relatou que esse
226 importante evento, que contou com a participação do Subsecretário de Meio Ambiente Eduardo
227 Trani, da Diretora-Presidente da Cetesb Patrícia Iglecias, do Cel. Motooka, dentro outras autoridades
228 estaduais e municipais, teve a representação de 28 prefeituras. Resumiu que foi dado o pontapé
229 inicial ao projeto de reestruturação burocrático/administrativo das Prefeituras, com a adesão ao
230 protocolo de intenções de 14 municípios. Detalhou que esse projeto de estruturação envolve o
231 repasse de equipamentos para que as prefeituras possam fazer as fiscalizações conjuntas nas áreas
232 de manancial, combater as ocupações irregulares, danos ambientais relacionados à segurança hídrica
233 e acesso a contratação de serviços que envolve o montante de 16 milhões captados no Fehidro. A
234 seguir, foi colocada em votação a proposta acolhida pela Presidência, trazida pelo conselheiro
235 Roberto Resende, sendo esta **aprovada** por unanimidade, dando origem à seguinte decisão:
236 ***“Deliberação CONSEMA nº 01/2022. De 26 de janeiro de 2022. 407ª Reunião Ordinária do***
237 ***Plenário do CONSEMA. Atribui tarefa à Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas***
238 ***Protegidas. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua***
239 ***competência legal, delibera: Artigo único – Atribui à Comissão Temática de Biodiversidade e***
240 ***Áreas Protegidas a tarefa de discutir e propor contribuições à implementação do Programa de***
241 ***Regularização Ambiental (PRA) no Estado de São Paulo, com ênfase na migração do sistema***
242 ***estadual para o federal, na análise dinamizada e no monitoramento do PRA.”*** Na sequência o
243 **Secretário-Executivo** informou aos conselheiros as datas das próximas reuniões, tanto da CTBio,
244 quanto da CT de Políticas Públicas. Passou-se ao primeiro assunto da Ordem do Dia, a apresentação
245 do **Plano de Redução de Emissões de Fontes Estacionárias – PREFE 2021, e planos setoriais.**
246 A engenheira **Maria Cristina Poli**, gerente da Divisão de Avaliação do Ar, Ruído e Vibrações da
247 Cetesb esclareceu que a apresentação PREFE - Plano de Redução de Emissões de Fontes
248 Estacionárias – para o CONSEMA é prevista no artigo 6º, do Decreto Estadual 59.113/2013, o
249 mesmo que trata do gerenciamento da bacia aérea do Estado de São Paulo. Acrescentou tratar-se do
250 mesmo Decreto que determina as questões relativas a gestão, estipulação de metas e padrões de
251 qualidade do ar vigente, bem como ações de licenciamento e do controle ambiental tanto para fontes
252 fixas e como também para fontes móveis. Lembrou que o parágrafo 2º, desse Decreto também prevê
253 que a atualização do PREFE deverá ser realizada a cada 3 (três) anos e esclareceu que a apresentação
254 abordará, especificamente, o Plano de Redução de Emissões de Fontes Fixas, ou seja, estacionárias
255 e existentes (licenciadas), que são consideradas prioritárias para o gerenciamento da qualidade do ar
256 do Estado de São Paulo e não para o licenciamento propriamente dito. Segundo o mesmo Decreto,
257 o artigo 11 estipula que o licenciamento de novos empreendimentos e ampliações com estimativa de
258 acréscimo de emissão igual ou superior as linhas de corte estabelecidas no artigo 12, sendo elas: 100



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

t/ano para MP; 40 t/ano para NOx; 40 t/ano para COVs (expresso como HCNM) e; 250 t/ano para SOx. Com auxílio da projeção de mapas, e considerando o artigo 6º do Decreto Estadual nº 59.113/2013, passou a apresentação das Regiões de Controle agrupadas de acordo com o PREFE 2021, comparando-o esse resultado do PREFE 14, explicando, pormenorizadamente, a reunião de empresas nos Grupos, a saber: (i) *Grupo 1*: empresas que já se encontravam nas regiões de controle do PREFE 2014; (ii) *Grupo 2*: empresas que foram acrescentadas nas Regiões de Controle do PREFE 2014, de acordo com os seguintes critérios: - Empresas cuja somatória da emissão remanescente apresente valores acima das linhas de corte para qualquer um dos poluentes: MP, NOx e/ou HCTNM; - Empresas que fazem aplicação de revestimentos em superfícies metálicas e/ou plásticas, com a estimativa de emissão acima de 40 t/ano de COVs; - Empreendimentos que, independentemente da taxa de emissão declarada no processo de licenciamento, contribuam significativamente nas emissões da região; (iii) *Grupo 3*: empresas instaladas nos seguintes municípios: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Redenção da Serra, Santa Branca, São José dos Campos, Taubaté, Bertioga, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, Santos e São Vicente. Na sequência ofertou as exigências formuladas para os respectivos grupamentos, sendo eles: (i) *Exigências – Grupo 1 e 2*: Implantação de equipamentos de controle de poluentes baseados na Melhor Tecnologia Prática Disponível – MTPD; Realização de amostragem de chaminé, para comprovar o atendimento aos limites de emissão constantes das Resoluções CONAMA nº 382/2006 ou nº 436/2011, ou valores mais restritos estabelecidos no seu licenciamento; As empresas que utilizem Gás Natural (GN) com emissão superior a 40 t/ano de Nox deverão instalar maçaricos LOW NOx ou outro ECP com eficiência igual ou superior para NOx; Emissões remanescentes superiores a 100 t/ano de MP, 40 t/ano de NOx e/ou 40 t/ano de HCTNM deverão apresentar um plano de redução das emissões; Instalação de equipamento de quantificação do combustível; Implantação de medidas de controle, de forma que não haja emissões fugitivas durante as operações de carga, manuseio e descarga dessas matérias primas ou produtos; Atualização dos levantamentos das emissões de poluentes atmosféricos das empresas, conforme termo de referência da Cetesb e; (ii) *Exigências – Grupo 3*: Exigir a implantação de equipamentos de controle de poluentes baseados na MTPD nas fontes de poluição que ainda não tenham ECP, e realização de amostragem em chaminé (depois de ECP) de todas as fontes de emissões atmosféricas passíveis de amostragem, a fim de se comprovar o atendimento aos limites de emissão constantes das Resoluções CONAMA nº 382/2006 ou nº 436/2011, ou valores mais restritos estabelecidos no seu licenciamento. Explicou que, o item 11 do § 3º do Artigo 6º prevê que: “no caso das medidas anteriores não terem sido suficientes para atingir as metas, deverá ser proposto um programa setorial de controle de emissões de fontes que não integrem a classe A da curva ABC, porém que no conjunto possam representar uma redução significativa nas emissões”. Com base nessa determinação explanou as decisões relativas a dois Planos Setoriais a saber: (i) *Plano Setorial - Polo Cerâmico de Santa Gertrudes*: será mantida a Decisão de Diretoria da CETESB nº 192/2016/C, de 30/08/2016; o *Plano de Redução de Emissões de Fontes Estacionárias – Setor de Indústrias de Pisos Cerâmicos e Mineração de Argila* será expandido para todos os empreendimentos desse setor produtivo da RC6 e alguns municípios da RC7 (Municípios de Santa Gertrudes, Rio Claro, Ipeúna, Cordeirópolis, Araras, Conchal, Charqueada, Iracemápolis, Limeira, Águas de São Pedro, Laranjal Paulista, Mombuca, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho, São Pedro e Tietê) - Total de empresas: 170. As empresas com fontes de combustão presentes no plano setorial deverão atender às exigências técnicas respectivas ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

302 enquadramento da empresa aos Grupos 1 ou 2 (27 empresas). (ii) *Plano Setorial* - Bases de
303 Abastecimento de Combustíveis. *Aplicável*: Bases de armazenamento e comércio atacadista de
304 combustíveis; Terminais de armazenamento e distribuição de combustíveis de produtos com
305 potencial de emissão de COVs; Em todo o território do Estado de São Paulo (total de 91
306 empreendimentos). *Não Aplicável*: Postos de abastecimentos de combustíveis automotivos; Parque
307 de tancagem de armazenamento existente nas refinarias de petróleo, usinas de açúcar e álcool e
308 indústrias químicas e petroquímicas, que deverão atender as exigências de minimização e controle
309 de emissões de compostos orgânicos voláteis (COVs) constantes do seu licenciamento. Diante do
310 exposto e considerando o § 3º, artigo 6º do Decreto, concluiu a exposição apresentando como
311 propostas as seguintes ações: (i) Continuidade da atividade de coleta e processamento e
312 gerenciamento dos dados de inventário, por área técnica específica na Companhia; (ii) Uso e
313 melhoria do SIEFEESP para o levantamento e coleta das informações, e a migração de dados para
314 processamento no SINCETWEB; (iii) Atualização do inventário para o ano base 2022, a partir da
315 declaração das empresas selecionadas pela CETESB, e (iv) Extensão da abrangência do
316 SINCETWEB para todo o território do Estado de São Paulo. O Presidente **Eduardo Trani**, elogiou
317 a exposição, agradeceu a Cris Poli, a equipe coordenada pela especialista Maria Helena e todos os
318 especialistas da Cetesb. Antes de passar à discussão, o Presidente testemunhou ver com ótimos olhos
319 a evolução dessa Política do estado de São Paulo, que é a única do Brasil que já estabeleceu metas
320 para os dois PREFE, aprovados o ano passado pelo CONSEMA. Frisou que via com bons olhos a
321 continuidade do SINCETWEB, a implementação da proposta para a região metropolitana do Estado,
322 que será um grande sucesso assim como, a atualização do inventário das emissões. Passou-se à
323 discussão. O conselheiro **Ibrahim Tauil** solicitou informações sobre poluentes orgânicos
324 persistentes na Baixada Santista. A conselheira **Anícia Pio**, elogiou o trabalho, e questionou sobre a
325 possibilidade na realização de uma oficina de trabalho junto à Fiesp para maiores esclarecimentos
326 de ordem técnica, visando a internalização do Plano. Solicitou esclarecimentos sobre a questão das
327 amostragens, se a convocação se daria no momento do licenciamento. Passou-se aos
328 esclarecimentos. O conselheiro **Domenico Tremaroli**, representante da Cetesb, esclareceu ao
329 conselheiro Ibrahim que o tema abordado trata de fontes de poluição e não dos passivos a que ele
330 se referiu, para os quais já existem ações de controle específicas. Respondeu à conselheira Anícia
331 Pio que a Cetesb estava à disposição para participar de outros eventos que possam contribuir para o
332 esclarecimento da questão. Reiterou que o tema apresentado faz parte da estratégia de gestão da
333 qualidade ambiental para poluentes atmosféricos que visa não somente a associação dos dados de
334 monitoramento e de qualidade ambiental, como também a proposição de ações de melhorias
335 continuada, com o objetivo de evoluir em direção a meta final, ou seja de MI 1 para MI 2. A
336 engenheira **Maria Cristina Poli**, Gerente da Divisão de Avaliação do Ar, Ruído e Vibrações da
337 Cetesb agradeceu os questionamentos formulados e informou à conselheira Anícia que toda a
338 dinâmica para as convocações está sendo montada pela Cetesb, mas que a ideia é que estas
339 convocações não estejam atreladas ao licenciamento, uma vez que o chamamento de todas as
340 empresas ao mesmo tempo seria impraticável. Informou que a estratégia para esse trabalho está
341 sendo montada junto à Diretoria de Controle e com a participação das Agências da Cetesb. Lembrou
342 que as empresas que já comprovaram o atendimento aos limites das emissões nos últimos dois anos
343 estariam dispensadas da convocação. Colocou-se à disposição de todos os conselheiros para ofertar
344 os esclarecimentos que forem necessários sobre o PREFE. Retomando a palavra, a conselheira



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

345 **Anícia Pio**, colocou a Fiesp à disposição da Cetesb para auxiliar na questão de convocação das
346 empresas. Passou-se ao próximo item da Ordem do Dia, a apreciação da proposta de **ampliação do**
347 **limite do Parque Estadual Carlos Botelho**, no Município de Sete Barras/SP. **Pietro de Oliveira**
348 **Scarascia**, especialista da Fundação Florestal ofertou as características do Parque sendo elas:
349 inserção no Mosaico de Paranapiacaba e Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape; Bioma Mata
350 Atlântica, Floresta Ombrófila Densa Montana e Submontana; área de 37.644 ha; a extensão das
351 Glebas I e II situadas na Fazenda Ribeirão, município de Sete Barras; criação pelo Decreto nº
352 19.499/1982, considerado “Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade” pela UNESCO (2008).
353 Informou sobre as áreas julgadas particulares na Ação Discriminatória do 25º Perímetro de Eldorado
354 Paulista; a ausência de ações judiciais sobre a área que é isenta de ocupação humana. Com auxílio
355 da projeção de imagens, ofertou as características antrópicas e socioeconômicas vinculadas ao
356 entorno e informou sobre o repovoamento e manejo da Juçara. Prosseguiu com o detalhamento da
357 ocupação e uso do solo, incluindo o panorama da área quanto aos estágios de regeneração vegetal
358 (avançado, médio e inicial). Ofertou as características da flora e fauna presentes, com enfoque nas
359 principais espécies incidentes e número de ocorrências. Com auxílio de projeção de vídeo
360 demonstrou o registro obtido da incidência de onça-pintada, em região limítrofe a Fazenda Ribeirão
361 da Serra. Dissertou sobre as estratégias e programas de manejo e o valor ecológico da área; informou
362 sobre o processo de doação da área e cláusulas suspensiva firmada entre o estado de São Paulo e o
363 doador (a ampliação da UC está condicionada a doação e a doação condicionada a ampliação da
364 UC). Informou sobre o processo de ampliação e a obtenção de créditos para a compensação de Reserva
365 Legal. Concluiu sobre a viabilidade, exequibilidade e a prescrição da anexação ao território do
366 Parque Estadual de Carlos Botelho e informou que o relatório técnico e demais documentos,
367 encontravam-se disponíveis na página eletrônica da FF. **Rodrigo Levkovicz**, Diretor-Executivo da
368 FF, agradeceu ao especialista Pietro pela apresentação e parabenizou aos envolvidos no
369 desenvolvimento da proposta (Rodrigo Vitor, Danilo Amorim, Donizete, Tatiana Bressan).
370 Agradeceu, especialmente, a Procuradoria Geral do Estado que ajudou a desenvolver de um novo
371 mecanismo que permite a criação do Parque, sem custo nenhum para o Estado, possibilitando ao
372 proprietário a obtenção de créditos para compensação de reserva legal. O Presidente **Eduardo**
373 **Trani**, ressaltou ser esse um exemplo concreto da viabilização de uma nova forma de estabelecer a
374 cooperação público-privada, com ganhos para todos os envolvidos. **Claudio Bedran** ressaltou a
375 importância deste tipo de ação; **Cris Murgel** destacou os avanços da legislação, que possibilitaram
376 a efetivação de demandas deste tipo, antes represadas; **Ibrahim Tauil** aproveitou a presença de
377 prefeitos à reunião para sugerir a elaboração de Planos Diretores de Arborização Urbana municipais,
378 considerando a inserção de muitos em áreas de Mata Atlântica. Colocada em votação, a proposta de
379 ampliação do Parque Estadual Carlos Botelho foi **aprovada por unanimidade**, dando origem à
380 decisão: **“Deliberação CONSEMA nº 02/2022. De 26 de janeiro de 2022. 407ª Reunião Ordinária**
381 **do Plenário do CONSEMA. Manifesta-se favorável à proposta de ampliação dos limites do Parque**
382 **Estadual Carlos Botelho. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de**
383 **sua competência legal, delibera: Artigo único – Manifesta-se favorável à proposta de**
384 **ampliação dos limites do Parque Estadual Carlos Botelho, no Município de Sete Barras/SP, de**
385 **responsabilidade da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São**
386 **Paulo.”** Passou-se ao terceiro item da Ordem do Dia, a apreciação do Relatório Final da Comissão
387 Temática Processante e de Normatização sobre **o recurso especial interposto contra o Auto de**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

388 **Infração Ambiental – AIA nº 298.931/2013**, em nome de Louis Dreyfus Commodities
389 Agroindustrial S.A. O conselheiro **João Thiago Mele**, representante suplente da Coordenadoria de
390 Fiscalização e Biodiversidade passou a apresentação sucinta do relatório. Esclareceu que a análise
391 se refere a um recurso especial interposto contra a decisão da Comissão Especial de Julgamento de
392 Autos de Infração Ambiental que confirmou o AIA lavrado em virtude do dano causado em 2,27 ha
393 de vegetação nativa em estágio médio, em área considerada de Preservação Permanente, no
394 município de Bebedouro, sem autorização do órgão ambiental competente, sendo aplicada multa
395 com base no artigo 43, da Resolução SMA 32/2010, no valor de R\$ 204.300,00, com a possibilidade
396 de concessão de desconto de 40% mediante a formalização de TCRA. No recurso, a interessada
397 sustenta ausência de nexo causal e autoria, inocorrência de reincidência genérica, e inaplicabilidade
398 da responsabilidade objetiva. Informou que na sessão da CT Processante e de Normatização a
399 relatora conselheira Anícia Pio votou pelo conhecimento e provimento do recurso. Detalhou que a
400 relatoria levantou a questão de que a empresa, após a ocorrência de incêndio que teria se originado
401 por uma rodovia ao lado da propriedade da autuada, adotara as providências cabíveis para contenção
402 desse incêndio, mas submetido o recurso à discussão, foi apresentado voto divergente pelo
403 conselheiro João Thiago Mele, sustentando a aplicação correta de tipificação pelo agente autuante,
404 existência de nexo de causalidade entre a conduta omissiva da autuada pela não realização de
405 manutenção do aceiro no local. Ademais, no momento da lavratura da autuação, os agentes
406 autuantes, da Polícia Ambiental, constataram que, por mais que um fato gerador ter se originado a
407 partir de uma bituca de cigarro jogada na rodovia, o fato de não ter sido realizado pela autuada a
408 manutenção necessária, foi um fator preponderante a configurar o nexo de causalidade, de dano
409 ambiental e de fato apurado pelos agentes. Por esse motivo, a comissão havia entendido por 10 votos
410 favoráveis, a 3 votos contrários, no sentido de manutenção integral do auto de infração pelos motivos
411 expostos neste momento. Passou-se à discussão, da qual participaram as conselheiras **Anícia Pio**,
412 **Cris Murgel**, além dos conselheiros **Daniel Smolentzov** e **Fernando Prioste**. Durante a discussão
413 foram reapresentados argumentos objeto de discussão na CT Processante e de Normatização, além
414 de sugestões de aprimoramento de mecanismos para o processamento de recursos no âmbito da
415 Comissão, dentre outros. O conselheiro **Daniel Smolentzov** apresentou visão divergente da
416 apresentada pela conselheira **Anícia Pio**, assim resumida: (i) Em primeiro esclareceu que a área de
417 reserva legal e a área de preservação permanente, embora estejam localizadas dentro da propriedade
418 privada, são imposições legais. Sendo assim, são áreas que são mantidas pelos proprietários privados
419 e os públicos também, por imposição de lei e isso então não torna uma área absolutamente privada,
420 uma vez que os proprietários não podem dispor dessa área como bem quiserem, sendo obrigados a
421 seguir um regramento para essas áreas, que é um regramento imposto de lei constitucional da
422 propriedade privada, que prevê a sua função social. Portanto, desde 1988, a propriedade é tratada
423 com essa luz da função social, onde os proprietários privados devem respeitar alguns preceitos e
424 algumas imposições legais; (ii) Como segundo ponto, referiu-se ao conceito penal de co-autoria,
425 aplicado subsidiariamente, no âmbito administrativo. Explicou que, embora a empresa não seja co-
426 autora da conduta, por não ter ateado o fogo na área, ela está envolvida nessa infração administrativa
427 como partícipe, na medida em que ela tem a obrigação de manter a área livre de eventual foco de
428 incêndio que viesse de fora, por meio desses de aceiros. Portanto, é uma obrigação dela, enquanto
429 proprietária, e neste ponto, teria falhado. O conselheiro expôs, com detalhes, o embasamento legal
430 para os pontos expostos, que afirmou estarem bem fundamentados, tanto na normativa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

administrativa, como na normativa penal, que tem aplicação subsidiada. Submetido a votação o relatório da CT Processante e de Normatização, foi **aprovado** por 29 (vinte e nove) votos favoráveis; 4 (quatro) votos contrários e nenhuma abstenção, originando a decisão: **“Deliberação CONSEMA nº 03/2022. De 26 de janeiro de 2022. 407ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Aprova o Relatório Final da CT Processante e de Normatização sobre recurso especial interposto por Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S.A. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Aprova o Relatório Final da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre o recurso especial interposto por Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S.A., contra o Auto de Infração Ambiental - AIA nº 298.931/2013, que concluiu pelo seu conhecimento e improvimento, pelos fundamentos de fato e de direito expostos.”**. Antes de passar ao último item da pauta, o Presidente em exercício **Eduardo Trani**, em nome do Secretário da SIMA, **Marcos Penido**, saudou e agradeceu, os prefeitos e representantes dos municípios que acompanhavam a reunião, a começar pelo prefeito de São José dos Campos Antônio de Lima Neto, prefeito de Paraibuna, José Machado de Araújo Filho, prefeito de Santo Antônio do Pinhal, Anderson José Mendonça, prefeito de Monteiro Lobato, Edimar José de Araújo, Jambeiro, Carlos Alberto de Souza, prefeito de Jacareí, Pindamonhangaba Bananal, São José do Rio Preto, seus representantes e secretários. Passou-se ao último assunto da Ordem do Dia a apresentação do **Consórcio Intermunicipal “Agência Ambiental do Vale do Paraíba” para licenciamento ambiental municipal** de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local. Antes de se iniciarem as exposições, o Presidente em exercício **Eduardo Trani**, cumprimentou nominalmente os prefeitos presentes à reunião, além dos demais representantes dos municípios integrantes do Consórcio, agradecendo pela participação. O conselheiro **Cláudio Scalli**, representante da Anamma - Diretoria São Paulo, agradeceu a Eduardo Trani pela oportunidade de trazer este assunto ao Pleno, ressaltando o histórico do Subsecretário de apoio às agendas municipalistas, e ao conselheiro Domênico Tremaroli e toda equipe técnica da Cetesb pelo apoio técnico. Agradeceu toda a equipe da Anamma que contribuiu na formulação da proposta do Consórcio, e, parabenizou, em especial, a todos os prefeitos que assinaram o protocolo de intenções. Na sequência, passou-se a apresentação da matéria por **Felício Ramuth**, Prefeito de São José dos Campos e Presidente do Consórcio Agência Ambiental do Vale do Paraíba - AAVP. O Prefeito Felício Ramuth, antes de iniciar agradeceu ao Secretário-Executivo, Anselmo Guimarães, os conselheiros e cumprimentou os prefeitos parceiros, mencionando, Clemente, de Tremembé e seu vice José Machado de Paraibuna, Anderson José Mendonça de Santo Antônio do Pinhal, o Casquinha, vice-presidente do consórcio de Jambeiro, Edmar de Monteiro Lobato e Cláudio Scalli, Secretário-Executivo da AAVP. De forma sucinta, o Presidente da AAVP informou tratar-se da consolidação do Consórcio Público Intermunicipal, em conformidade com a Lei nº 11.107/2005, que tem o objetivo principal o licenciamento ambiental municipal. Apresentou as principais premissas da Deliberação CONSEMA 01/2018 quanto a municipalização do licenciamento ambiental, sendo elas, a descentralização e estímulo para os municípios; permitir o licenciamento ambiental de atividades de impacto local e estimular consórcios públicos. Expôs que o licenciamento via consórcio ocorre em função do ganho de escala, agilidade na execução de projetos, barateamento de custos e atendimento adequado as demandas locais e regionais; transparência nas ações nas esferas de poder envolvidas e para a racionalização e otimização na aplicação dos recursos públicos e, elevar a viabilidade dos municípios de pequeno e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

474 médio porte realizarem o licenciamento ambiental. Com auxílio da projeção de tabela apresentou o
475 comparativo mensal/anual das despesas estimadas para consórcio e a municipalização. Ofertou os
476 principais produtos e atribuições da Agência quanto ao licenciamento de atividades de impacto local
477 (baixo, médio e alto). Destacou que os principais produtos da Agência serão: avaliação de Estudos
478 de Impacto Ambiental (Parecer Técnico); emissão de Licenças Ambientais (assinadas pelo
479 Secretário-Executivo do Consórcio) e fiscalização (ações de controle e monitoramento de
480 empreendimentos licenciados pela Agência. Explicou os principais níveis de licenciamento sendo
481 eles: dispensa de licença, licença automática e o licenciamento propriamente dito (EAS, RAP e
482 EIA/RIMA). Apresentou a estrutura organizacional da Agência e o fluxo das decisões. Por
483 derradeiro, apresentou as quatro etapas e as ações envolvidas na implementação da AAVP. O
484 Presidente em Exercício, **Eduardo Trani** evidenciou a expectativa de bons resultados advindos da
485 consolidação do Consórcio, dentre os quais, a redução dos custos e, sobretudo, a prestação de um
486 serviço célere e coeso, que devem ser próprio do licenciamento. Expôs o papel importante do Vale
487 do Paraíba e a e o papel de liderança da Anamma, notadamente do conselheiro Cláudio Scalli e dos
488 colegas citados. Aproveitou o ensejo para transmitir a mensagem do Secretário da SIMA, Marcos
489 Penido de aplauso e orgulho por mais essa iniciativa empreendida pelo estado de São Paulo, no
490 sentido de prover a prestação de serviços no licenciamento ambiental, acelerando os negócios e
491 trazendo maior agilidade e segurança as ações tomadas no território Paulista. Na sequência, passou-
492 se à manifestação dos conselheiros. À exceção do conselheiro **Ibrahim Tauil**, que expôs que irá
493 observar como se darão as futuras questões de fiscalização e os impactos locais e globais das
494 atividades licenciadas, as demais considerações registradas pelos conselheiros **Domenico**
495 **Tremaroli, Cel. Motooka, Alexandre Perinotto, José Carlos Mierzwa, Cris Murgel, Jeferson**
496 **Rocha e Wanderlei Paganini**, foram, em sua maioria, de incentivo e congratulação à iniciativa,
497 dada a sua relevância e estímulo ao fortalecimento e ampliação da gestão ambiental municipalizada,
498 e às oportunidades que poderão se apresentar pela proximidade com as agendas locais e com o
499 cidadão. Após as considerações finais de **Felício Ramuth e Claudio Scalli**, o **Presidente Eduardo**
500 **Trani** registrou a importância histórica, e o exemplo de modernidade na gestão pública por esta
501 iniciativa. Por fim, registrou a reverência deste CONSEMA à comemoração do Dia Internacional da
502 Educação Ambiental, parabenizando a todos os profissionais envolvidos, encerrando a seguir, os
503 trabalhos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Eu, **Anselmo Guimarães,**
504 **Secretário-Executivo do CONSEMA**, lavrei e assino a presente ata.